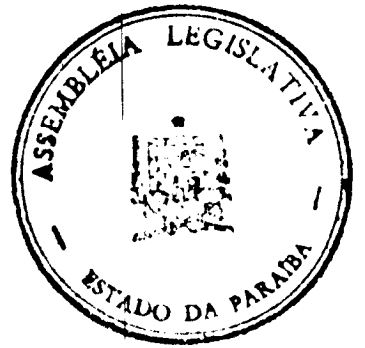




Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



J U S T I F I C A T I V A

A presente proposta visa adequar as contratações que não passem pelo crivo do concurso público a um mínimo de moralidade, o que, aliás, têm sido motivo de reclamos por parte da opinião pública e daqueles que, efetivamente, sustentam, com as contribuições, as despesas públicas.

Com efeito, é de conhecimento geral que as investiduras em funções e cargos públicos por livre nomeação ao invés de servir para atender a racionalidade e a produtividade, dando ao titular responsável pela contratação, flexibilidade na escolha de seus auxiliares de confiança, transformam-se em cabides de empregos de familiares.

Esta verdadeira onda de empreguismo familiar, a nosso ver, tem que acabar. É o que visa nossa propositura.

*Francisco Lopes da Silva*  
Dep. Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes)



Recebido em Plenário

Em 20 de 05 de 1991

PRESIDENTE

Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



PROJETO DE LEI Nº 39 /91

DISPÕE SOBRE A INVESTIDURA DE  
SERVIDORES CIVIS DO ESTADO DA  
PARAÍBA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - É vedada a investidura, no âmbito dos respectivos titulares, de qualquer natureza, de parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Governador e do Vice-Governador da Paraíba, Dos Membros do Poder Legislativo, Do Poder Judiciário, Do Tribunal de Contas, Da Procuradoria Geral do Estado, Dos Secretários, Dos Presidentes e Diretores De Órgãos e Entidades da Administração indireta, incluídas as Fundações Públicas.


Parag.1º - O disposto neste artigo não se aplica aos aprovados em concurso público.

Parag.2º - No prazo máximo de trinta dias os titulares a que se refere este artigo deverão providenciar a exoneração dos servidores enquadrados na vedação de que trata a presente lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

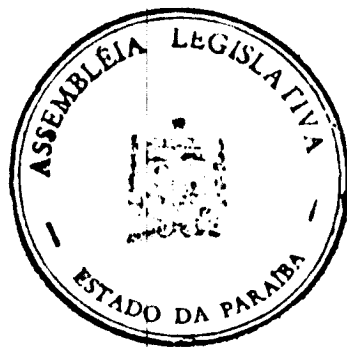
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

  
Dep. Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes)



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



Registrado no Livro do Plenário  
às Fls. 39 Sob No 39/91  
em 20 / 05 / 91

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo do Dia 1 / 1 / 91  
de 19 91

em 1 / 1 / 91  
1º SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em 29 / 05 / 91  
Primo Ribeiro  
Diretor da Ass. ao Plenário

11 Com de Const, Legítima  
e Justiça.  
em 21.5.91.

Luciano

Oleioes Distritos de Escotas.

39/91

Enviado à S. Legislação para ser arquivado  
em: 14.08.91

Resolvido

81/91

Discutido e votado o Parecer <sup>única</sup> e Projeto no dia  
04.08.91

À se. Legislação em: 13.08.91

Obs. Para se a C. Justiça plene apreciar

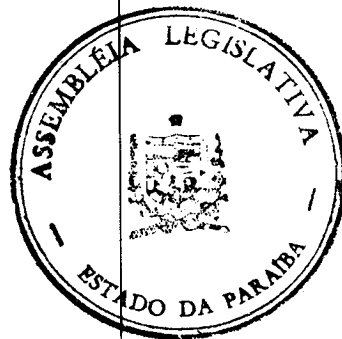


Recebido em Plenário

Em 20/05/1991

PRESIDENTE

Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



PROJETO DE LEI Nº 39 /91

DISPÕE SOBRE A INVESTIDURA DE  
SERVIDORES CIVIS DO ESTADO DA  
PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - É vedada a investidura, no âmbito dos respectivos titulares, de qualquer natureza, de parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Governador e do Vice-Governador da Paraíba, Dos Membros do Poder Legislativo, Do Poder Judiciário, Do Tribunal de Contas, Do Procurador Geral do Estado, Dos Secretários, Dos Presidentes e Diretores' De Órgãos e Entidades da Administração indireta, incluídas as Fundações Públicas.

Parag.1º - O disposto neste artigo não se aplica aos aprovados em concurso público.

Parag.2º - No prazo máximo de trinta dias os titulares a que se refere este artigo deverão providenciar a exoneração dos servidores enquadrados na vedação de que trata a presente lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REJEITADO Sala das Sessões,

votos favoráveis :

votos contrários: Dep. Francisco Lopes da Silva

(Chico Lopes)

ARQUIVE-SE

Em 20/06/91

SECRETÁRIO



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa adequar as contratações que não passem pelo crivo do concurso público a um mínimo de moralidade, o que, aliás, têm sido motivo de reclamos por parte da opinião pública e daqueles que, efetivamente, sustentam, com as contribuições, as despesas públicas.

Com efeito, é de conhecimento geral que as investidas em funções e cargos públicos por livre nomeação ao invés de servir para atender a racionalidade e a produtividade, dando ao titular responsável pela contratação, flexibilidade na escolha de seus auxiliares de confiança, transformam-se em cabides de empregos de familiares.

Esta verdadeira onda de empreguismo familiar, a nosso ver, tem que acabar. É o que visa nossa propositura.

*Francisco Lopes da Silva*  
Dep. Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes)

REJEITADO

..... votos favoráveis e

..... votos contrários.

ARQUIVE-SE

Em 30 de 06 de 91



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 39/91.

DISPÕE SOBRE A INVESTIDURA DE SERVIDORES CIVIS DO  
ESTADO DA PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Dep. Francisco Lopes.

Relator: Dep. Bosco Carneiro.

I - RELATÓRIO.

A presente proposição de autoria do nobre Dep. Francisco Lopes, dispõe sobre a investidura de servidores civis do Estado da Paraíba e dá ou tras providências.

Argumenta o autor, em sua justificativa, que a proposta visa adequar as contratações que não passem pelo crivo do concurso público a um mínimo de moralidade, haja visto, que hoje transformam-se em cabides de empregos de familiares.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR.

A proposição em exame não pode prosperar porque sobre ela pesa inconstitucionalidade sob os aspectos formais e materiais.

A iniciativa do Projeto é privativa do Governador do Estado, nos termos do art. 63, § 1º, inciso II, alínea "c", sendo por conseguinte, inconstitucional o projeto oriundo do legislativo, ainda que sancionado e promulgado pelo Chefe do Executivo, porque as prerrogativas constitucionais são irrenunciáveis por seus exercentes.



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

- 2 -

Assim o projeto não atende aos requisitos formais.

Ademais, conforme salienta na justificativa, pretende o autor que os cargos em comissão (de livre nomeação e exoneração) não sejam acessível aos familiares das autoridades que menciona.

Entendemos, todavia, que tal intenção esbarra em óbices de ordem constitucional, como passo a analisar:

1ª) A definição de "livre nomeação e exoneração" dados aos cargos comissionado é constitucional (art. 30, VIII, CE), não pode, portanto, uma lei ordinária restringir esta afirmativa.

2ª) A pretensão de proibir a investidura de "familiares" nos cargos comissionados, confronta-se com o princípio constitucional da isonomia, que no art. 5º da CF e/c o art. 3º CE, assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Em assim sendo, e considerando que a Constituição é a base da ordem jurídica e a fonte de sua validade, e que por isso, todas as leis a ela se subordinam e nenhuma pode contra ela dispor, voto pela declaração de inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 39/91, e por conseguinte pela sua rejeição.

É o voto.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1991.

  
Dep. Bosco Carneiro.  
(Presidente-Relator)

III - VOTO DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela declaração de inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 39/91 e por sua rejeição, nos ter-





Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

- 3 -

mos do voto do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados que abaixo subscre-

vem:

(Presidente-Relator)

(Membro)

(Membro)

(Vice-Presidente)

(Membro)

Aprovado em UNICA Discussão  
em 30 de 1.06 de 1992  
  
1º SECRETÁRIO



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



Registrado no Livro do Plenário  
às Fls. 39 Sob No 39/91  
em 20 / 05 / 19 91

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo do Dia 1 / 1 / 1  
de 19 91  
em 1 / 1 / 19 91

1º SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em 20 / 05 / 91  
Benedito Ribeiro  
Diretor da Ass. ao Plenário

Nº 1 leitura de cert. de legitimidade  
e jurisdição  
em 21.5.91  
Lucas

REMESSA  
remetido nesta data ao Sr. Presidente  
da Comissão de Justiça  
Em 21 / 05 / 91  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA P.  
de 19 91  
João Claudio Gomes Ribeiro  
Dir. de Div. das Comissões Técnicas  
Nº 274 611 - 9

DIVISÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS

FICHA DE CONTROLE

PROPOSITURA: Projeto de Lei nº 39/91

AUTOR: Do DEPUTADO FRANCISCO LOPES

EMENTA: Dispõe sobre a investidura de Servidores Cíveis do Estado da Paraíba e dá  
outras Providências.

RELATOR: \_\_\_\_\_

Recebido em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Enviado à: Comissão de Justiça

Em: 21 / 05 / 91

Prazo para Relatar: \_\_\_\_\_

Encaminhado à: \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_



Recebido em Plenário

Em 20.05.1991

PRESIDENTE

Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

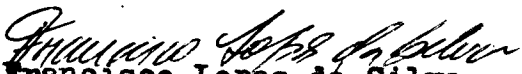
PROJETO DE LEI Nº 39 /91

DISPÕE SOBRE A INVESTIDURA DE  
SERVIDORES CIVIS DO ESTADO DA  
PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

- Art. 1º - É vedada a investidura, no âmbito dos respectivos titulares, de qualquer natureza, de parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Governador e do Vice-Governador da Paraíba, Dos Membros do Poder Legislativo, Do Poder Judiciário, Do Tribunal de Contas, Do Procurador-Geral do Estado, Dos Secretários, Dos Presidentes e Diretores de Órgãos e Entidades da Administração indireta, incluídas as Fundações Públicas.
- Parag.1º - O disposto neste artigo não se aplica aos aprovados em concurso público.
- Parag.2º - No prazo máximo de trinta dias os titulares a que se refere este artigo deverão providenciar a exoneração dos servidores enquadrados na vedação de que trata a presente lei.
- Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

  
Dep. Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes)



Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa adequar as contratações que não passem pelo crivo do concurso público a um mínimo de moralidade, o que, aliás, têm sido motivo de reclamos por parte da opinião pública e daqueles que, efetivamente, sustentam, com as contribuições, as despesas públicas.

Com efeito, é de conhecimento geral que as investidas em funções e cargos públicos por livre nomeação ao invés de servir para atender a racionalidade e a produtividade, dando ao titular responsável pela contratação, flexibilidade na escolha de seus auxiliares de confiança, transformam-se em cabides de empregos de familiares.

Esta verdadeira onda de empreguismo familiar, a nosso ver, tem que acabar. É o que visa nossa propositura.

*Francisco Lopes da Silva*  
Dep. Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes)